

Elementos de Administração 7



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

AIU 1,822 (-35)	HJI 20,369 (+580)	WWE 890 (-20)	PLO 6,350 (-200)	EER 10,985 (+580)	QRT 665 (-15)	OPY 6,800 (-115)
YBV 3,204 (-73)	QMN 5,211 (+156)	MMJ 7,100 (-60)	IIT 7,150 (-150)	KLM 782 (+74)	CCX 1,901 (+101)	EMH 3,280 (-120)
MRR 3,320 (-120)	WFF 712 (+12)	HJM 134 (+5)	QLC 2,022 (-18)	LSD 631 (+40)	SDH 6,287 (-57)	GHS 12,630 (+330)
UJL 1,100 (+210)	ON 7,654 (+169)	NFR 2,609 (+35)	NFR 6,522 (+122)	UGH 1,632 (-54)	OMJ 3,650 (+182)	

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Elementos de Administração

7

Atena Editora
Ponta Grossa - 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração 7 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-179-4

DOI 10.22533/at.ed.794191303

1. Administração – Pesquisa científica. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este sétimo volume, composto por quatorze capítulos, compreende trabalhos que contemplam temas emergentes no campo da administração.

Considerando a amplitude de assuntos relevantes para o campo da administração, este volume emerge como um espaço de divulgação de temas diversificados e de interesse de gestores, pesquisadores e estudantes dessa área. O caráter plural das pesquisas que compõem este volume proporciona aos leitores uma oportunidade ímpar de expansão do conhecimento em administração, por meio da leitura de um material de qualidade, construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração.

Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração uma vez que proporciona a ampliação do debate sobre diversos temas, conduzindo gestores, pesquisadores e estudantes ao delineamento de novas tendências e estratégias de pesquisa, assim como identificando novas possibilidades de atuação do profissional de administração.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

TEMAS EMERGENTES

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ACIDENTES RODOVIÁRIOS EM TÚNEIS NO TRANSPORTE DE CARGAS E PRODUTOS PERIGOSOS <i>Henrique Naoki Shimabukuro</i> DOI 10.22533/at.ed.7941913031	
CAPÍTULO 2	14
APLICAÇÃO DA DESIGN SCIENCE RESEARCH NA ÁREA DE GESTÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA <i>Marlene Medeiros</i> <i>Aline Soares Dantas</i> <i>Anatália Saraiva Martins Ramos</i> DOI 10.22533/at.ed.7941913032	
CAPÍTULO 3	33
AVALIAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA SOB O PONTO DE VISTA DOS DOCENTES <i>Fabrcio da Costa Dias</i> DOI 10.22533/at.ed.7941913033	
CAPÍTULO 4	47
CUSTOS TOTAIS NO MODELO DE EFICIÊNCIA DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE <i>Sandra de Sousa Xavier</i> <i>Robinson Semolini</i> DOI 10.22533/at.ed.7941913034	
CAPÍTULO 5	64
DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA GESTÃO DO FUTEBOL: UM ESTUDO DE CASO NOS CLUBES PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DE BAGÉ-RS <i>João Roberto de Lima Gaffrée</i> <i>Rita Luciana Saraiva Jorge</i> DOI 10.22533/at.ed.7941913035	
CAPÍTULO 6	79
ESTUDANDO A IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRESA JÚNIOR <i>Almir Pinto Reis Junior</i> <i>Rita de Cássia Ramos Nascimento</i> <i>Sheila Serafim da Silva</i> DOI 10.22533/at.ed.7941913036	
CAPÍTULO 7	92
ESTUDO DA PERCEPÇÃO DA QUALIDADE POR COLABORADORES DE UMA EMPRESA FABRICANTE DE MÓVEIS <i>Tailon Martins</i> <i>Alexandre Chapoval Neto</i> <i>Amanda Regina Kretschmer</i> <i>Patrícia Stefan de Carvalho</i>	

Vanessa Andreia Schneider

DOI 10.22533/at.ed.7941913037

CAPÍTULO 8 107

ÉTICA NO MUNDO EMPRESARIAL: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Paulo Roberto Alves

Valério Vitor Bonelli

DOI 10.22533/at.ed.7941913038

CAPÍTULO 9 121

INFLUÊNCIAS DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO EQUILÍBRIO DA OFERTA E DEMANDA DE MÃO DE OBRA DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL

Maurilio Alves Martins da Costa

Henrique Cordeiro Martins

DOI 10.22533/at.ed.7941913039

CAPÍTULO 10 141

MODELOS DE NEGÓCIOS APLICADOS A COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

Sarah Mesquita Lima

Vladia Celia Monteiro Pinheiro

Carlos De Oliveira Caminha Neto

José Dickson Araújo De Oliveira

André Soares Lopes

DOI 10.22533/at.ed.79419130310

CAPÍTULO 11 156

O ENGAJAMENTO DO DESPERTAR DE UMA CIÊNCIA PROPOSITIVA À LUZ DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS E DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Mônica Mota Tassigny

Flávia Lorenne Sampaio Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.79419130311

CAPÍTULO 12 177

O FAST-FASHION NO BRASIL: UM ESTUDO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A MODA BRASILEIRA EM 2030 NA PERSPECTIVA DA CADEIA DE ABASTECIMENTO LOGÍSTICO

Roberta Souza de Mattos

Cesar Campos

DOI 10.22533/at.ed.79419130312

CAPÍTULO 13 197

O PAPEL DO COACHING FINANCEIRO PARA OTIMIZAÇÃO DE RESULTADOS PESSOAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL

Igor Alexandre Fioravante

Adriano José Sorbille de Souza

Jorge Luiz Rosa

Ramílio Ramalho Reis Filho

Rosenil Honorato de Melo

Rosinei Batista Ribeiro

Wilton Antonio Machado Junior

DOI 10.22533/at.ed.79419130313

CAPÍTULO 14	206
--------------------------	------------

TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS: O CASO DO CIRCUITO DE CAPELAS E IGREJAS

Matheus de Castro Pereira Souza

Isabela de Fátima Fogaça

DOI 10.22533/at.ed.79419130314

SOBRE O ORGANIZADOR	222
----------------------------------	------------

TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS: O CASO DO CIRCUITO DE CAPELAS E IGREJAS

Matheus de Castro Pereira Souza

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-Graduação em Administração.
Rio de Janeiro – RJ

Isabela de Fátima Fogaça

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Departamento de Administração e Turismo. Nova
Iguaçu – RJ

RESUMO: Este trabalho tem por intuito, debater a relação entre turismo e política cultural, utilizando-se como base o caso do circuito de Capelas e Igrejas, desenvolvido na cidade de Petrópolis-RJ. Em um município turístico, o aspecto cultural auxilia na ampliação da demanda pela atividade, da mesma forma que reforça as características intrínsecas da localidade. O interesse da sociedade pelo patrimônio cultural religioso corrobora a criação de políticas culturais como o caso do circuito, resultando em impactos na visitação, no uso e preservação desse tipo de patrimônio. A fundamentação teórica perpassa pelo cenário das políticas culturais brasileiras, com o intuito de fornecer bases para a descrição de seu contexto e oferecer indícios de suas implicações com o desenvolvimento do turismo. Ao analisar o Sistema municipal de Cultura, percebeu-se como a pressão econômica da atividade turística pode influenciar no planejamento das

estratégias e visitação, favorecendo aspectos materiais em detrimento dos simbólicos, com perdas significativas para o turista e a comunidade local. Outro aspecto relevante se dá na fragmentação do espaço pelas políticas culturais influenciadas pelo turismo que valorizam algumas áreas da cidade em detrimento de outras, estimulando os bens que fazem referência a alguns grupos sociais e não a todos os grupos do município. Agradeço o investimento fornecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Petrópolis; Patrimônio e Turismo.

ABSTRACT: This paper intends to debate the relation between Tourism and Cultural Politics, using the Chapels and Churches' tour, developed by the city of Petrópolis-RJ, as a case for analysis. In a touristic city like Petrópolis, its cultural aspects are directly related to the development of the touristic activity and aids to highlight the core elements of its people, cultural heritage, history, on the number and quality of visitors. It also impacts in the usage and preservation of the cultural heritage. The theoretic aspect of the analysis centers the Brazilian cultural politics as a whole, aiming for a better visualization of its bases and historical context. This way, it was possible to understand

the implications of the development of the touristic activity mentioned before. During the analysis of the city's cultural system policy, it was possible to observe how the economical pressure tends to influence the management and overall planning of its strategies. The visiting aspects often prioritize material elements over the symbolic ones, with significant losses for the tourist experience and the local community. Another relevant impact is segregation of some parts of the city, bringing more attention and support for places and groups of people that can better provide the intended touristic activity.

KEYWORDS: Culture; Heritage; Petrópolis and Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

O campo das políticas culturais é definido por Lima, Ortellado e Souza (2013) como uma área articulada que busca pelo entendimento da atuação do Estado no que se refere à cultura. As políticas culturais se afirmam como objeto de investigação nos anos noventa, do século XX, contudo, esta área não apresenta uma organização e sistematização dos principais elementos que definam e indiquem suas modalidades.

Ainda de acordo com as proposições de Lima, Ortellado e Souza (2013), o marco para o debate sobre o tema foram as conferências da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na década de setenta, responsáveis por consolidar a primeira distinção entre políticas desse tipo.

Tal distinção se observa em dois tipos: o primeiro faz referência à tentativa de melhorar as condições de acesso ao conjunto de atividades e bens culturais das elites, a fim de torna-los bens democráticos, denominadas políticas de democratização da cultura. O segundo tipo está direcionado para as tentativas de valorização das práticas populares, conhecidas como políticas de democracia cultural.

Para Barbalho (2011), política cultural faz referência ao universo das políticas públicas voltadas para cultura que são implementadas pelo governo, ou seja, a atuação do Estado e dos governos e de suas políticas públicas propriamente ditas.

Calabre (2009), em sua introdução sobre as políticas culturais no Brasil, expõe a milenar relação entre Estado e a cultura, porém, a visão de políticas públicas pertence a contemporaneidade. De forma sintética, a autora define que as políticas culturais são o resultado de atividades políticas de caráter normativo e ordenador, demandando a alocação de recursos de natureza diversa e com o envolvimento de diferentes agentes.

Para Yúdice (2004), a cultura é abordada na era moderna como um recurso capaz de melhorar aspectos sociopolíticos e econômicos, transformando aquilo que entendemos por cultura e as ações tomadas em seu nome. Ao considerar as perspectivas mais contemporâneas da indústria cultural, à qual o turismo se relaciona, as ações na área da cultura se tornam oportunidade de alavancar o desenvolvimento das localidades.

Nesse viés de pensamento, o município de Petrópolis que, com base nos dados apresentados pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2014), caracteriza-se como uma cidade turística, consolidada entre os sessenta e cinco destinos indutores do Brasil, ou seja, está entre os destinos que dispõem de infraestrutura básica e equipamentos turísticos, além de atrativos qualificados, operando como núcleos de recepção e distribuição de fluxos turísticos, torna-se um caso relevante para ilustrar esse impacto do turismo na criação das políticas culturais.

Sendo assim, os recursos culturais presentes em Petrópolis são apropriados pelo turismo e se tornam instrumento para a criação de atrativos turísticos de diversos tipos, como forma de atrair visitantes e manter a atividade turística em pleno desenvolvimento.

Mais precisamente, a proposta de roteirização de monumentos e obras religiosas, denominada “Circuito de Capelas e Igrejas”, atrai a atenção de nossa investigação para a correlação entre as políticas culturais e a perspectiva do turismo, como forma de perceber seus impactos no uso e preservação do patrimônio religioso do município.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Seguindo os apontamentos de Herrera (1992), no plano internacional, a luta pela defesa e preservação do patrimônio cultural da humanidade caracteriza as projeções mais significativas de cooperação, sendo a UNESCO responsável por grande atuação na defesa de monumentos e criações humanas de valor para a sociedade internacional, assim como na cooperação com iniciativas de nações que visem utilizar suas tradições como base da imagem do país.

Barbalho (2001) expõe que a tentativa de criar uma identidade nacional se caracteriza como um dos principais elementos catalizadores para intervenções públicas na área da cultura. Para ele, o Estado tem a preocupação de criar uma união dos diversos segmentos que ocupam um território comum por meio de uma ideia construída de nação, o que gera políticas culturais que tentam valorizar e imprimir nos habitantes símbolos e materiais que atendam a esse projeto.

De acordo com Choay (2006), este tipo de política tem suas origens na França em plena revolução como uma prática de conservar a totalidade do patrimônio nacional considerando sua riqueza e diversidade.

Essa noção econômica que tomou o sentido de patrimônio, tanto da categoria de bens móveis quanto os de bens imóveis, criou a necessidade de estabelecer uma metodologia capaz de ordenar o inventário da herança e também definir as regras de sua gestão (CHOAY, 2006). É nesse sentido que se inicia a prática de tombamento das categorias de bens da nação que são seguidos por ações de proteção.

Portanto, o pensamento político para o patrimônio se apresenta, em sua fase inicial, dotado de uma visão funcionalista, em que a satisfação das necessidades de se preservar aquilo que era da nação, assim como educar a população para o ideal

nacionalista, era o foco principal.

Calabre (2009), em sua introdução sobre as políticas culturais no Brasil, expõe a milenar relação entre Estado e a cultura, porém, a visão de políticas públicas pertence a contemporaneidade. De forma sintética, a autora define que as políticas culturais são o resultado de atividades políticas de caráter normativo e ordenador, demandando a alocação de recursos de natureza diversa e com o envolvimento de diferentes agentes.

Para Barbalho (2011), política cultural faz referência ao universo das políticas públicas voltadas para cultura que são implementadas pelo governo, ou seja, a atuação do Estado e dos governos e de suas políticas públicas propriamente ditas.

Portanto, a relação da cultura com política e economia não é algo novo, funcionando e pode ser analisada, no primeiro caso, como forma de controle social do comportamento humano e, no segundo caso, como instrumentalização da arte (YÚDICE, 2004).

Assim sendo, identificar o cenário das políticas culturais no país, dentro de uma perspectiva histórica, auxilia na descrição do contexto que envolve as políticas de preservação e conservação do patrimônio e oferece indícios de suas implicações com o desenvolvimento do turismo.

A análise histórica das políticas culturais no Brasil possui raízes marcantes na revolução da década de 1930, com a transição de um modelo de Estado agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, em que culminou em processo de urbanização crescente e de diversos direitos trabalhistas (CALABRE, 2009).

De acordo com Calabre (2009), a primeira experiência de gestão pública implementada no Brasil dentro do campo da cultura se deu na esfera municipal pela criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo em 1935, na tentativa de trazer a cultura dos grupos dominantes para aqueles menos favorecidos.

Sendo assim, a perspectiva de um Estado responsável pela intervenção direta na formulação da política de patrimônio resulta no convite de Mário de Andrade para elaborar o anteprojeto da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em que a ciência substituiria o amadorismo (CALABRE, 2009; BOMENY, 1991).

Para Falcão (1984), o que ocorre nesse momento é o crescimento da base social do poder político que influencia na organização e controle da vida nacional de cidadãos excluídos socialmente, o que justifica a legalização e estatização de atividades sindicais, estudantis e culturais.

O Estado amplia sua presença através da criação de uma série de novas instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas artes, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E através também do crescente apoio direto ou indireto às atividades individuais de artistas e profissionais como Portinari, Villa-Lobos e tantos outros (FALCÃO, 1984, p. 27).

Tal política apresentaria como base identitária o modelo de gestão do IPHAN e a

homogeneidade de trabalho de seu corpo técnico que criaram uma autonomia político-administrativa deste órgão, ainda distantes dos elementos sociais e seus significados.

Furtado, em seu pronunciamento como ministro de Estado da cultura (1986), afirmava que uma ação política deliberada se faz necessária para criar uma política social que preze para o atendimento das necessidades do indivíduo e da coletividade.

Seu discurso expõe que o subdesenvolvimento existente no país torna a participação estatal necessária na garantia do atendimento às necessidades de seu povo, quesito negligenciado historicamente no Brasil. Tal diretriz apresenta uma nova direção para os trabalhos, agora preocupados com os elementos característicos das práticas populares e suas potencialidades para o indivíduo.

Portanto, o que se percebe é um estreitamento dos laços entre as políticas de preservação e conservação do patrimônio com o aspecto desenvolvimentista. Essa perspectiva de ação do Estado no campo cultural implica em ações que irão se relacionar diretamente na realidade social e econômica do país.

Nessa perspectiva, a atividade turística passa a representar um fator de interesse para o governo local, por representar uma oportunidade de atender esses novos interesses com a aproximação com o campo do patrimônio.

O turismo é um fenômeno sociocultural e econômico que representa uma atividade criadora de impactos positivos na economia local, com a criação de recursos e oportunidades de negócios, trabalho e renda, da mesma maneira que oferece riscos de danos à natureza e à identidade local (FREIRE; PEREIRA, 2005).

De acordo com Doia Freire e Lígia Pereira (2005), este setor da economia é o que mais se expande nas últimas décadas do século XX e passa por grandes transformações, com um mercado que se diversifica de acordo com as oportunidades do mundo moderno.

No entanto, a atividade turística, quando somente a perspectiva econômica é levada em consideração, apresenta grande potencial de geração de impactos negativos às comunidades e suas culturas. Essas preocupações relacionadas com a atividade turística, sobretudo em seu segmento cultural, são legítimas visto que não se possui uma dimensão de quanto essa prática afeta no desenvolvimento cultural. Segundo Herrera (1992, p.9),

Os pontos de vista divergem no que diz respeito ao papel do crescimento turístico no contexto de um autêntico desenvolvimento cultural. A experiência parece indicar que, em muitos casos, este último pode solapar as condições da cultura local em diversos níveis.

Para Guy Debord (1997), o turismo pode ser considerado como um subproduto da circulação de mercadorias, em que as pessoas se prendem a uma lógica de consumo que banaliza as localidades e seus atrativos. Inclusive, o próprio território é formatado nesse processo de atendimento dos ideais mercadológicos, compondo o foco central para os planos da cidade e de seus atrativos.

Segundo Duarte (2003), as influências da indústria cultural pela aproximação de processos que visam à obtenção do lucro, atribuem a todas as coisas um valor de troca e implicam na redução da capacidade humana em evoluir culturalmente, pois a prioridade está centrada nos produtos culturais. Murta aborda essa preocupação relacionando as intenções de mercado turístico e o patrimônio.

As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com seu presente, num parque de diversões para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro (MURTA, 2002, p. 140).

Estes produtos seriam de valor social muito baixo por não considerar as características individuais e sim o interesse das massas, de caráter alienante. Assim, “a imposição das formas de organização econômica capitalista ao campo da cultura e da arte determinava sua deterioração” (DUARTE, 2003, p. 17).

Dessa forma, uma das maneiras de se alcançar esse objetivo é repensar o papel do patrimônio cultural por parte dos órgãos de preservação, em que uma bandeira preservacionista adotada por profissionais técnicos como arquitetos e artistas impede o estabelecimento de um turismo cultural capaz de arrecadar recursos para a manutenção dos lugares e manifestações, informar e educar os visitantes (GOODEY, 2002).

O elo entre preservação e turismo, de acordo com Stela Murta (2002, p 141), seria incentivar a prática da interpretação, aliada a um desenvolvimento local sustentável, pois seus objetivos são de “convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo; aliada do turismo, ajuda os visitantes a conhecer e apreciar mais os lugares que visitam, enriquecendo sua experiência”.

Tal crítica corrobora com as observações de Choay (2006, p.22) que aponta a superação da artificialidade dentro das ações públicas por meio do afastamento do aspecto utilitarista, pela escolha do simbólico dentro do planejamento, que pode ser mais facilmente alcançado com o envolvimento da sociedade.

O município de Petrópolis se mostra um caso interessante para a pesquisa do impacto do turismo no planejamento de políticas culturais, por se tratar de uma localidade relacionada ao segmento do turismo cultural e depender economicamente dos resultados que a atividade consegue prospectar a partir do uso de seu patrimônio.

Dessa forma, no próximo item discutimos a metodologia empregada neste trabalho e em seguida, especificamente a política de cultura do município e o circuito de Capelas e Igrejas, por simbolizar um exemplo de política cultural organizada para atender as demandas de turismo da região.

3 | METODOLOGIA

Segundo Prodanov (2013), o elemento mais importante para a identificação de um delineamento de uma pesquisa é o procedimento adotado para a coleta de dados, em que podem ser identificados dois grandes grupos de delineamentos, diferenciados por suas formas de obter os dados.

O primeiro grupo seria referente a aqueles delineamentos de pesquisa que se valem de fontes de papel como o caso da pesquisa Bibliográfica ou Documental e o segundo grupo enquadraria aqueles que costumam obter dados por meio do contato com pessoas, como acontece nas pesquisas experimentais, estudo de caso, pesquisa participante, dentre outros exemplos (PRODANOV, 2013).

Para a fase da investigação apresentada neste trabalho, ela se caracteriza como de caráter bibliográfico e documental.

Assim, com relação aos procedimentos técnicos ela, primeiramente, se caracteriza como uma Pesquisa Bibliográfica que possibilita uma fundamentação teórica para as análises com relação às políticas culturais no país, da mesma maneira que permite uma aproximação da realidade que a atividade turística acrescenta à questão por seu relacionamento com a indústria cultural.

Para Gil (2008), essa modalidade é desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos e oferece uma vantagem para o investigador cobrir uma maior quantidade de informações, principalmente aquelas dispersas pelo espaço, por estar concentrada em materiais de confiança.

Já para Prodanov (2013), o objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito sobre o assunto da pesquisa como livros, revistas, monografias, dissertações, dentre outros, em que a preocupação com a veracidade das informações obtidas e o trabalho para trabalhar as perspectivas de maneira coerente são imperativos em todo o processo.

A pesquisa também possui caráter documental por se valer de materiais que não receberam um tratamento analítico ou passíveis de reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008; PRODANOV, 2013), como leis, entre outros.

Com relação à abordagem do problema, também de acordo com Prodanov (2013), consiste em um processo de coleta de dados, que se dará por uma pesquisa qualitativa por objetivar a interpretação de um fenômeno, apontando seus processos e significados sem a utilização de métodos e técnicas quantitativas.

De acordo com Neves (1996), esse tipo de pesquisa possui um foco de interesse mais amplo, com a obtenção de dados descritivos pelo contato direto e interativo do pesquisador com seu objeto de estudo, compreendendo um conjunto de diferentes técnicas interpretativas e descritivas.

Ainda de acordo com Neves (1996), por não pretender demonstrar, enumerar e medir resultados por meio de levantamentos estatísticos, o pesquisador foca seus ideais na busca pelo entendimento dos fenômenos, primeiramente, com a perspectiva

dos participantes da situação estudada, para aí sim situar suas interpretações.

Com referência aos seus objetivos, a pesquisa é considerada como exploratória, tendo em vista as observações de Prodanov (2013), por objetivar mais informações sobre o assunto investigado, o que possibilitará a descoberta das contradições existentes entre as práticas de valorização e massificação existentes nas políticas culturais em relação a atividade turística. Esse objetivo auxilia a dar forma para a aplicação de uma análise dialética dos fenômenos.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 O Plano Municipal de Cultura (PMC)

O Plano Municipal de Cultura (PMC) faz parte do Sistema Municipal de Cultura (SMC) instituído pela Lei número 6806, de 27 de dezembro de 2010, que, de acordo com seu artigo primeiro, tem como função proporcionar condições de cidadania cultural para os moradores da região, estabelecer novos mecanismos para a gestão pública das políticas culturais e favorecer a participação social dos segmentos que são atuantes no meio cultural (PETRÓPOLIS, 2010).

Sua funcionalidade, de acordo com os artigos 26 e 27 da Lei supracitada é servir como instrumento de planejamento para as políticas culturais dentro do município de Petrópolis. Desta forma, o PMC foi elaborado em duas etapas, uma dedicada a análise e diagnóstico que envolvidos às manifestações culturais e artísticas do município em treze grupos de trabalho, entre os quais havia um denominado patrimônio e museologia, e a segunda etapa, para a definição de projetos, propostas e diretrizes que atendam as demandas e cumpram as políticas da área cultural (PETRÓPOLIS, 2010).

O PMC segue, de acordo com sua proposta final (PROPOSTA PMC, 2010, p. 1), dentro de três dimensões: simbólica, econômica e cidadã. Este contexto estaria ligado ao Ministério da Cultura (MinC) no período de gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, os quais teriam transformado as práticas antigas de trabalhar as ações na área da cultura.

O Conselho Municipal de Cultura (CMC), que compõe o SMC, é um elemento importante para o estabelecimento desse novo modelo, o órgão é composto pelo Poder Público e Sociedade Civil de maneira a institucionalizar essa relação, contribuir para a execução das políticas culturais do município e assessorar tanto a prefeitura quanto a Fundação de Cultura e Turismo, por seu caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

Também se faz interessante abordar a própria Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis (FCTP) que é parte integrante do SMC e funciona como órgão da administração indireta do município, responsável pela elaboração e execução dos programas culturais da cidade (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010). Este faz parte da organização do roteiro de Capelas e Igrejas, nosso foco de estudo.

O PMC, dentro da fase de diagnóstico, identificou as demandas e carências da área cultural, assim como as situações problema por meio de 45 reuniões com os grupos temáticos, tendo como base um conjunto de 150 questões comuns para todos os grupos estabelecidos na Segunda Conferência Nacional de Cultura do MinC (PROPOSTA PMC, 2010, p. 29).

Ainda seguindo as informações da proposta do PMC (2010, p. 29), as questões envolviam elementos como a profissionalização do segmento, diversidade de manifestações artísticas e culturais, inserção cultural e social de jovens, idosos e outros segmentos, bem como relações entre cultura e turismo, integração cultural de toda a cidade e não apenas do centro histórico, legislação para patrimônio, benefícios fiscais, dentre outras demandas.

Também é relevante destacar a exigência de um trabalho de sensibilização patrimonial para a população local, visto terem identificado uma baixa consciência da valorização do patrimônio pelos cidadãos e baixo índice de apropriação da história da cidade (PROPOSTA PMC, 2010, p. 62).

Quando considerado o eixo da Cultura e Desenvolvimento sustentável, em seu sub-eixo Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo, já na escolha de seu título é possível perceber a proximidade da atividade turística com o aspecto do patrimônio cultural e natural. Também se percebe a busca por uma visão que envolva o segmento cultural, turístico e ambiental dentro de uma mesma conjuntura (PROPOSTA PMC, 2010, p. 76).

Essas situações problema apontadas pelo diagnóstico fomentam diretrizes específicas, sendo que para o sub-eixo Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo, observa-se o interesse pela formulação de programas e projetos que estimulem a relação entre cultura e turismo que são tidas como insuficientes (PROPOSTA PMC, 2010, p. 92).

Nota-se, inclusive, preocupação com relação a uma ação institucional entre os conselhos municipais de Cultura e Turismo para a criação de um programa municipal de turismo cultural (PROPOSTA PMC, 2010, p. 93). Portanto, o desenho para essa problemática está encaminhado para uma conversão do trabalho dessas áreas em busca de algo alinhado aos interesses do desenvolvimento social.

Mais uma vez, abordar o patrimônio cultural se faz interessante, por este representar um dos elementos marcantes para quem busca visitar Petrópolis. A interação com os padrões arquitetônicos do século XIX presentes em diversos monumentos históricos, religiosos ou não, é responsável por despertar o imaginário de visitantes de diversas regiões do país.

Tal recorte procura uma análise desses elementos contemporâneos no direcionamento de bens culturais que possuem características e relações extra-sensoriais legitimados pela própria sociedade em seu cotidiano (MENESES, 2009).

Assim sendo, abordar a temática do patrimônio religioso cria espaço para trabalhar questões como envolvimento social nas ações públicas relacionadas a

cultura, democratização desses elementos culturais e até mesmo perceber em que medida a atividade do turismo está influenciando nesse processo e deixando de lado aspectos relevantes para a própria população local, da mesma forma que direcionando todo o uso do patrimônio da região.

Mais especificamente, faz-se interessante a discussão das peculiaridades do roteiro de Capelas e Igrejas de Petrópolis, visto apresentar complexidades que envolvem a análise das políticas culturais e seus direcionamentos no uso do patrimônio.

Análise essa que, seguindo os apontamentos de Falcão (1984), necessita de um olhar crítico para a visão dominante, como forma de contextualizar o processo de decisões da política pública e identificar se o que foi decidido supera, conflita ou apenas corrobora com o que vem sendo implementado historicamente.

4.2 O Circuito de Capelas e Igrejas

O patrimônio religioso que está envolvido no circuito que compõe a gama de atrativos culturais no município, apresenta-se na tentativa de explorar um conjunto arquitetônico religioso que remonta heranças culturais do século XIX, referentes à tradição local de homenagear os padroeiros de devoção das famílias que ali viviam nesse período (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Em uma análise rápida do que se propõe nos documentos que apresentam o circuito, denota-se uma mistura do desejo de difusão da cultura local com a perspectiva de preservação daquilo que é valioso para a cidade.

No site da Fundação são indicadas oito capelas e igrejas capazes de demonstrar a história, arte e arquitetura da região, da mesma maneira que justificam a vocação para o turismo religioso em Petrópolis. O circuito é, portanto, um conjunto de informações diretas na tentativa de divulgar, sem muita riqueza de detalhes, as oito capelas e igrejas capazes de receber visitação e criar uma oferta de turismo religioso.

A primeira capela que compõe a lista das capelas que compõem o circuito é a de Nossa Senhora do Sion que fica localizada no prédio da Universidade Católica de Petrópolis. Sua construção é inspirada na Capela da Congregação de Nossa Senhora de Sion em Paris e seu engenheiro, Heitor da Silva Costa, é famoso por ser responsável pela construção do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO, 2016).

Ainda de acordo com a Fundação de Cultura e Turismo (2016), sua construção data entre 1914 e 1922 e segue o estilo renascentista. Sua localização se encontra na Rua Benjamin Constant, 213 no centro de Petrópolis, com visitas abertas para o público de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h e das 17h às 21h.

A Igreja Consagrada Imaculada Conceição também é incluída no circuito, que fica localizada dentro do Mosteiro da Virgem, que abriga, desde 1937, a comunidade contemplativa de beneditinas. Foi inaugurada em 1989 e ali diariamente acontecem missas e orações abertas para o público (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO,

2016).

Ela foi projetada pelo arquiteto Cláudio Pastro, em estilo moderno, destacando-se algumas obras de arte sacra como a pintura de um painel atrás do altar, representando Jesus Cristo Glorioso (9 metros de altura e 4 metros de largura), uma estátua de bronze da Virgem Maria com as mãos para cima, representando a “Igreja Orante” (medindo 1,20 metros), a Menorah, que representa a presença plena do senhor, um altar e o coro monástico, reservado apenas para as irmãs, para a realização dos ofícios divinos e o coral de canto gregoriano. Por fim, a capela abrigando a Santíssimo Sacramento feito de bronze e latão (MOSTEIRO DA VIRGEM, 2011, p. 1).

Segundo o Mosteiro da Virgem (2011), ainda na parte inferior do altar, que se localiza em uma parte externa da igreja, encontra-se o cemitério das irmãs que representa o “Coro Celestial”, mantendo-as eternamente presentes durante as orações e celebrações. Seu endereço é na Avenida Ipiranga, 555, também no centro de Petrópolis. Com visitas das 7h às 18h (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela Nossa Senhora Auxiliadora é destacada no circuito como símbolo de devoção dos colonos alemães em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1901, passando por algumas alterações em 1919. Ela é localizada no Convento dos Franciscanos, na rua Doutor Paulo Herve, 1539, Bingen, Petrópolis. A visitação é feita mediante a agendamento, sendo a celebração das missas aos domingos às 8h (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

A Capela de Nossa Senhora de Fátima, também conhecida como Trono de Fátima, é ressaltada no roteiro por permitir uma visão panorâmica da cidade de Petrópolis, assim como por possuir uma estátua de Nossa Senhora de Fátima com sete metros de altura. Sua localização está na rua Bispo Dom José, em Valparaíso, Petrópolis. As visitas ocorrem diariamente das 8h às 18h com a possibilidade de participar de procissões todo dia 13 de cada mês (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela de Nossa Senhora do Amparo, localizada no prédio da Congregação de mesmo nome, dedica à educação de crianças órfãs e pobres do município, foi construída entre 1868 e 1883 e se destaca por apresentar um altar trazido da Alemanha com imagens da Padroeira, São José e São João Evangelista. Sua localização é na avenida Roberto Silveira, 150, no centro de Petrópolis, com visitas somente nos horários de Missas que ocorrem tanto nas segundas quanto nas sextas às 17h45 e aos domingos às 8h (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Também se registra no circuito de capelas a Igreja de Santa Catarina, construída em estilo gótico em 1921, localizada no colégio pertencente a Congregação das Irmãs de Santa Catarina que há quase 113 anos se dedica à educação de milhares de crianças e jovens. Seus destaques estão para as 14 imagens representando a via sacra, a mesa de comunhão em mármore branco e adornos em bronze, com símbolos próprios do cristianismo. A visitação ocorre apenas com agendamento e sua

localização está na rua Montecaseros, 288, no centro de Petrópolis (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela Nossa Senhora das Graças fica no interior do colégio Santa Isabel, sob direção das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, foi inaugurada em 1864 e possui como características pinturas folheadas a ouro, imagens vindas da França e teve como patrona, à época de sua fundação, a Princesa Isabel (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016). Sua localização está na rua Imperador, 689, no centro de Petrópolis. A visitação ocorre exclusivamente no horário das missas que ocorrem de segundas as sextas-feiras às 18h20; aos sábados às 17h e aos domingos às 9h30.

A última Capela contemplada no circuito é a de Santo Antônio, que se localiza na fazenda Samambaia, na Estrada da Samambaia, 138, no distrito de Samambaia em Petrópolis. Com um altar em estilo barroco, configura a primeira capela oficial do município, reconhecida e catalogada pela Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis. Sua visitação ocorre aos sábados, domingos e feriados, das 10h às 18h, sendo cobrado ingresso de quatro reais, equivalente a entrada na fazenda. Também fica aberta para visitação durante a semana no caso de reserva de grupos acima de 15 pessoas (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Tendo em vista os elementos descritos nesse segmento do trabalho, a seguir apresenta-se uma breve análise dos resultados obtidos, assim como a busca pela construção de uma conclusão de pesquisa ainda em andamento.

4.3 Em Busca de uma Análise

Ao analisar o Circuito de Capelas de Petrópolis, no contexto das políticas públicas desse município e de sua relação com o turismo, pode-se perceber que a eleição e organização dos espaços selecionados seguem critérios de valor material e desconsideram outros elementos que deveriam ser considerados para a efetiva valorização da cultura local e da experiência com o patrimônio cultural.

São priorizados os monumentos por aquilo que representam em suas artes sacras, estruturas e estilos referentes a religião católica. Essa padronização é descrita como referente a valorização da cultura local, porém, algumas considerações devem ser feitas.

Primeiro deve-se questionar a não consideração das comunidades religiosas presentes em alguns dos espaços citados. O tratamento alheio destes grupos que vivenciam e se legitimam a partir desses monumentos, denota a predileção do roteiro para os aparatos culturais de cunho simbólico ou imaterial, transmitindo a ideia de visitação para o consumo daquilo que se observa.

Esse elemento pode influir significativamente no aproveitamento turístico da localidade, visto que a experiência pelo contato com a cultura dessas comunidades religiosas pode significar novas formas de sociabilidade, oportunidades para troca de

alteridades e também de interação não apenas com o lugar, mas com o circuito como um todo.

Para Moraes (2011), essa perspectiva utilitarista do circuito para com o patrimônio cultural da cidade pode afetar diretamente na maneira como os moradores locais aprendem, planejam e vivem as cidades, o que resulta também na experiência de quem visita, pelo contato com os códigos de acolhimento e das infraestruturas formais de recebimento.

A divulgação do circuito se vê limitada dentro dessa perspectiva utilitarista, por não abranger elementos culturais que podem ser marcantes para um público ainda mais diferenciado. Aliás, a centralidade da religião católica no circuito, simboliza a quase exclusão dos demais elementos de manifestação religiosa da cidade, o que pode impedir a participação de alguns grupos de interesse de menor abrangência.

De acordo com Moraes (2011), a organização do patrimônio cultural da localidade representa um elemento relevante para o turismo e a hospitalidade existente naquele espaço, proporcionando a interação entre o lugar e as pessoas que dele desfrutam, sejam elas visitantes ou os próprios residentes.

A concentração territorial das igrejas e capelas incluídas ao circuito mostra também a fragmentação do espaço pelas políticas culturais influenciadas pelo turismo que valorizam algumas áreas da cidade em detrimento de outras.

5 | CONCLUSÃO

Ao se realizar uma análise da política pública em questão, no que tange aos ambientes divulgados no Circuito de Igrejas e Capelas de Petrópolis, o que se observa é a presença de um trabalho simplista e fetichista da cultura local, voltada para o atendimento das demandas turísticas das classes mais altas e dos visitantes interessados em consumir um determinado atrativo específico, como colocado por Falcão (1984) para agradar ao mercado, tornando ainda mais distantes e menos valorizados os elementos sociais e seus significados.

No cenário das políticas culturais no país, percebe-se que o envolvimento popular é uma das barreiras a serem superadas dentro da questão, o que é reproduzido em Petrópolis. Dentro dessa perspectiva, as políticas culturais no país precisam levar mais consideração este envolvimento, principalmente quando aplicadas em localidades em que o turismo é um elemento forte dentro dinâmica cotidiana de sua comunidade, seja econômica ou socialmente.

A própria proposta de focar o conjunto arquitetônico e seus materiais dotados de valor estético já evidencia o valor utilitarista presente na política cultural que se volta aos ganhos econômicos auferidos pelo turismo, visto que a natureza do sentido de monumento não tem a função simplista de apresentar ou dar qualquer informação, mas tem como intuito principal emocionar alguém por meio de uma memória viva,

assim como contribuir para a seguridade da identidade de uma dada comunidade que é ameaçada pelo tempo, como defendido por Choay (2006).

Portanto, a preocupação com a perda do valor metafórico dos elementos abordados dentro do roteiro, caracteriza o uso desse patrimônio pelo seu valor meramente simbólico, a fim de atender o que se demanda no mercado turístico: o contato superficial com produtos que sinalizam características marcantes da cidade.

A cultura também é entendida dentro da sociedade capitalista como uma mercadoria capaz de desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia (DEBORD, 1997). Sendo assim, a visão utilitarista se permeia no campo das políticas culturais e se aplica as ações governamentais brasileiras ao longo de sua história, o que não se mostrou diferente em Petrópolis ao analisar o circuito de Igrejas e Capelas.

Tal relação implica em uma série de circunstâncias, levando a estrutura de uma sociedade capitalista a observar na atividade do turismo uma forma de movimentar os interesses do capital, e como apresentado por Brian Goodey (2002), a interação pode ser superficial e a mercantilização desse patrimônio cultural descaracteriza o papel educacional que esse patrimônio pode exercer.

A superação do ato de criar políticas que considerem os artefatos urbanos de maneira isolada para atender as demandas da indústria cultural, a qual o turismo está relacionado, se faz necessária dentro de uma cidade formada por um processo de colonização multicultural, como forma de assegurar não apenas a preservação, mas também garantir os direitos e interesses da população.

Como apresentado por Lemos (1981), os elementos que compõem o patrimônio imaterial da cidade são artefatos de interesse coletivo e necessitam de um trabalho mais abrangente para assegurar sua preservação e o bom funcionamento do todo social, visto que os bens culturais mantêm relações importantes dentro do núcleo urbano, mesmo que de cunho meramente espacial.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Políticas de cultura, políticas de identidade. In: **XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Campo Grande-MS/2001. INTERCOM. 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/31258323074731131476710515492074137572.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, ano 9, v. 17, n. 1, p. 24-35, 2011.

BOMENY, Helena. Patrimônios da memória nacional. In: **Ideólogos do patrimônio cultural**, Rio de Janeiro, IBPC, 1991 (Caderno de Debates; 1).

CALABRE, Lia. **Política cultural no Brasil: um histórico**. Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa. p. 9-21. 2005.

_____, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. FGV Editora, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. trad. Luciano Vieira Machado. 5ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. trad. Estela dos Santos Abreu.- Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel (1984): 24-55.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 20. 1984: 45-49.

FREIRE, Doia. PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, 2002.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, "Circuito de Capelas e Igrejas." Petrópolis, RJ. 2011. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/cultura/programacao-cultural/destaque-dois/172-circuito-das-capelas-e-igrejas.html>> Acesso em: 27 Mai. 2016

FURTADO, Celso. Política cultural. MinC, Ministério da Cultura, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

GOODEY, Brian. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, 2002.

HERRERA, Felipe. Introdução às políticas culturais. 1992.

LEMOS, Carlos AC. **O que é patrimônio histórico**. Vol. 51. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção primeiros passos.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. PABLO, Ortellado. SOUZA, de Vladimir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. Trabalho submetido para apresentação no IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1984. N°20: 33-36.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. IPHAN. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/ MG. 2009: 25-39.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html> Acesso em: 08 Fev. 2016.

MORAES, Edilaine Alberto de. Hospitalidade em espaços urbanos: a cidade, o patrimônio e o turismo. In: SPOLON, Ana Paula Garcia; MORAES, Edilaine Albertino de; ROSA, Lélío Galdino; SILVA, William Cléber Domingues. **Hospitalidade**. V.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

ISBN: 978-85-7648-703-6.

MOSTEIRO DA VIRGEM. **Notícias sobre o Mosteiro da Virgem nesses últimos anos.** Petrópolis. 1994.

MURTA, Stela Maris. Turismo Histórico-Cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: _____, **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Editora UFMG, 2002.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa** – Características, usos e possibilidades. São Paulo: v.1, Nº3, 2º SEM./1995.

PETRÓPOLIS. Câmara Municipal de Petrópolis. **Proposta Plano Municipal de Cultura de Petrópolis.** Set. 2010. Disponível em: <https://culturaecomunicacaosocial.files.wordpress.com/2012/04/proposta-final-do-pmc.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

PETRÓPOLIS. LEI 6.806, de 27 de dezembro de 2010. Institui o Sistema Municipal de Cultura de Petrópolis e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/p/petropolis/lei-ordinaria/2010/681/6806/lei-ordinaria-n-6806-2010-institui-o-sistema-municipal-de-cultura-de-petropolis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27. mai. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SOBRE O ORGANIZADOR

Clayton Robson Moreira da Silva - Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), atuando no eixo de Gestão e Negócios. Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atua como revisor de artigos científicos em periódicos e eventos nacionais e internacionais. Desenvolve pesquisas nas áreas de Administração Pública; Controladoria; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; Gestão Organizacional; e Pesquisa e Ensino em Administração e Contabilidade.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-179-4

